

**Patrimônio cultural e turismo:  
uma alternativa para o  
desenvolvimento local do Vale  
Histórico Paulista – SP**

**Cultural heritage and tourism:  
an alternative for the local  
development of the Paulista  
Historical Valley – SP**

**Patrimonio cultural y turismo: una  
alternativa para el desarrollo local  
del Valle Histórico Paulista – SP**

---

**Filipe Vieira de Oliveira<sup>1</sup>**  
**Silvia Helena Zanirato<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Graduado em Turismo e mestre em Ciências, área de concentração Mudança Social e Participação Política, pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), doutorando em Ciência Ambiental pela USP. Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

<sup>2</sup> Graduada, mestre e doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professora Livre-docente da EACH/USP, do curso de Gestão Ambiental e dos programas de Pós-Graduação em Ciência Ambiental e em Mudança Social e Participação Política da USP.

**Resumo:** Este artigo discute a relação entre patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local. Tivemos como ponto de partida estudos realizados nas cidades do Vale Histórico Paulista no estado de São Paulo quanto à vulnerabilidade do patrimônio cultural edificado lá encontrado (ZANIRATO *et al.*, 2014), que possui grande valor histórico mas não é identificado como tal pela população. Somam-se a isso os problemas de desenvolvimento socioeconômico que historicamente enfrentam esses municípios e que justificam a necessidade de pensar novas formas de desenvolvimento local em harmonia com a proteção do patrimônio cultural. Nesse sentido, propomos uma alternativa ao modelo convencional de turismo capaz de contribuir positivamente para a proteção do patrimônio cultural local como uma política de valorização que inclua o uso mais adequado desse patrimônio e que considere as necessidades da comunidade de forma participativa e democrática, tendo em vista a conservação e os usos sociais do patrimônio cultural aliados ao desenvolvimento do turismo de base local, que a nosso ver se mostra um caminho efetivo em relação à possível turistificação de tais lugares.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; desenvolvimento local; turismo.

**Abstract:** This article discusses the relation among cultural heritage, tourism and local development. As a starting point, we had studies carried out in the cities of the Paulista Historic Valley in the State of São Paulo in view of the vulnerability of the cultural heritage found there (ZANIRATO *et al.*, 2014), which represents great historical value but is not identified as such by the local population. Added to this are the issues of the socioeconomic development historically faced by these municipalities, which justify the need to think about new forms of local development in harmony with the cultural heritage protection. In this sense, we propose an alternative to the conventional model of tourism, which can positively contribute to the protection of the local cultural heritage as a valorization policy that includes the most appropriate use of this heritage and that considers the needs of the community in a participatory and democratic way, bearing in mind the conservation and social uses of cultural heritage allied to the development of local-based tourism, which in our view is an effective way towards the possible touristification of these places.

**Keywords:** cultural heritage; local development; tourism.

**Resumen:** El presente artículo discute la relación entre patrimonio cultural, turismo y desarrollo local. Hemos tenido como punto de partida estudios realizados en las ciudades del Valle Histórico Paulista en el Estado de São Paulo, en lo que se refiere a la vulnerabilidad del patrimonio cultural edificado allí encontrado (ZANIRATO *et al.*, 2014), que tiene un gran valor histórico pero que no es visto como tal por la población. Se suman a ello los problemas de desarrollo socioeconómico que históricamente enfrentan estos municipios y que justifican la necesidad de pensar nuevas formas de desarrollo local en armonía con la protección del patrimonio cultural. En este sentido, proponemos una alternativa al modelo convencional de turismo que pueda contribuir positivamente a la protección del patrimonio cultural local, como una política de rescate que incluya el uso más adecuado de este patrimonio y que considere las necesidades de la comunidad de forma participativa y democrática, estimulando la conservación y los usos sociales del patrimonio cultural así como el desarrollo del turismo de base local, que a nuestro ver se muestra un camino efectivo en relación a la posible turistización de estos lugares.

**Palabras clave:** patrimonio cultural; desarrollo local; turismo.

## INTRODUÇÃO

As discussões sobre patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento local determinam esforços de diversas áreas do conhecimento para a compreensão dos limites e possibilidades de uso dos bens de grande valor cultural, que por um lado necessitam de proteção integral e, por outro, devem cumprir uma função social, pois remontam a um tempo passado, à memória e à identidade de uma comunidade que não deve ser esquecida.

A complexidade do tema requer um olhar interdisciplinar sobre os diversos aspectos do patrimônio cultural e sua relação com o turismo, olhar esse que em nossa análise se expressa nas edificações dos sítios urbanos e rurais das cidades do denominado Vale Histórico Paulista no estado de São Paulo.

O turismo, nesse sentido, pode ser considerado uma atividade econômica cada vez mais pertinente para a compatibilidade entre a proteção do patrimônio e o desenvolvimento econômico de cidades que concentram reconhecidos bens culturais, tombados ou não, ao promover usos sociais mais compatíveis com as necessidades de manutenção do patrimônio e a promoção do desenvolvimento local.

A pertinência de investigar o tema surgiu com base nos resultados de pesquisa anterior realizada por Zanirato *et al.* (2014) sobre a vulnerabilidade da região do Vale Histórico Paulista e do patrimônio cultural edificado perante as mudanças climáticas. Esse estudo, entre diversas sugestões, após realizar o inventário do patrimônio cultural material ressaltou a importância do turismo diante das dificuldades de desenvolvimento e de manutenção do importante patrimônio cultural local, o qual por falta de políticas públicas e por conta das características construtivas das edificações está correndo sérios riscos de desaparecer (ZANIRATO *et al.*, 2014).

Ressaltamos também que a situação encontrada nas cidades do Vale Histórico Paulista remete a uma histórica e aparente estagnação econômica e social. Elas são conhecidas como “cidades mortas”, termo atribuído por seu mais ilustre morador, o escritor Monteiro Lobato, por causa do declínio econômico da região desde os tempos áureos da produção do café nos séculos XVIII e XIX e que continuou ao longo do século XX.

Sendo assim, o nosso artigo propõe discutir, em ressonância com essa situação encontrada no Vale Histórico Paulista, se o turismo, ainda pouco difundido na região, é uma atividade que poderia contribuir positivamente para a proteção do patrimônio cultural local como uma política de valorização que inclua o uso mais adequado dos bens culturais edificados e de que maneira o turismo poderia constituir uma fonte de desenvolvimento local e de valorização desse patrimônio.

Para tanto, valemo-nos dos resultados obtidos em pesquisas anteriores (ZANIRATO *et al.*, 2014) e tivemos como um dos apontamentos principais a necessidade de pensar diferentes formas de desenvolvimento local, tendo em vista a vulnerabilidade do patrimônio cultural e as dificuldades socioeconômicas da região. Também buscamos uma revisão sobre a relação nem sempre harmoniosa entre o desenvolvimento do turismo e a conservação do patrimônio cultural, expressa na bibliografia utilizada.

Conforme observamos, o turismo consiste em um fenômeno social e cultural que em sua relação com os patrimônios locais necessita de discussões e estudos mais específicos em busca de uma teoria que dê respostas à complexidade dos bens dessa natureza. Partimos da premissa de que o turismo pode contribuir para a proteção desses patrimônios, mas também, como é prática recorrente, pode transformá-lo em mercadoria, generalizando os bens culturais e naturais, colaborando para a turistificação e mercantilização dos lugares e do próprio patrimônio.

Diversos trabalhos publicados nos últimos anos buscaram compreender a temática do turismo e do patrimônio cultural, alguns por uma ótica mais crítica, como em Luchiari (1999), e outros que afirmam que patrimônio e turismo, se este for bem planejado, podem contribuir

para o desenvolvimento local (DIAS, 2006; BARRETTO, 2007). Há ainda publicações oficiais, às quais recorreremos neste texto, como o documento elaborado pelo Ministério do Turismo sobre a importância do turismo para a conservação do patrimônio cultural (BRASIL, 2007).

Também identificamos pesquisas relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico e turismo na região do Vale Histórico Paulista nos últimos 15 anos que consideram o turismo um forte indutor de desenvolvimento local e de conservação do patrimônio (GAGLIARDI, 2005; ANTÔNIO FILHO, 2009).

Finalizamos com a indicação de um caminho alternativo para que o turismo seja ao mesmo tempo fator de desenvolvimento local e de proteção da herança cultural do Vale Histórico Paulista, que é o desenvolvimento com base no chamado turismo de base local (TBL), como resposta à turistificação e à espetacularização do patrimônio local. O mais importante é que se estabeleça uma agenda de desenvolvimento calcado na gestão participativa e democrática do turismo e do patrimônio, com vistas à valorização da história e da cultura daquelas cidades.

## PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

O patrimônio cultural brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988, compreende os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). O patrimônio cultural é constituído por bens passivos de reconhecimento por seu caráter histórico, artístico, arqueológico e natural e por seus aspectos imateriais, os quais contribuem para o entendimento das diferentes identidades históricas que compõem o povo brasileiro.

Mais do que debater o patrimônio, há que se pensar em sua função social, seus usos, para a efetividade de sua proteção. Zanirato (2009, p. 138) afirma que a proteção do patrimônio “se efetiva com o envolvimento da comunidade que o detém, num processo que inclui a identificação, a conservação, o estudo e a difusão dos bens patrimoniais”. O patrimônio cultural não pode ser dissociado da relação entre seu passado histórico e as necessidades da comunidade no presente. Existe aí, portanto, uma ligação complexa entre o imperativo da proteção e a necessidade de uso desses bens pela comunidade, principalmente no que se refere ao patrimônio cultural edificado.

A utilização do patrimônio para uma função social ainda requer discussões sobre os limites e as possibilidades de uso desses bens de grande valor cultural, pois em princípio os bens tombados devem ser preservados. Tais edificações e lugares necessitam de políticas públicas de conservação, e no Brasil existem numerosos casos de sucesso em termos de proteção patrimonial, porém alguns edifícios históricos, muitos deles tombados pelas mais diferentes esferas de poder, se encontram em ruínas por falta de definição sobre sua efetiva utilização.

Outro aspecto a considerar é a representação do patrimônio para determinada comunidade, ou seja, se ela se identifica com aquele bem cultural e de que maneira pode usufruir esse patrimônio. Isso ocorre, em parte, pelo entendimento de que o bem patrimonial remete a um tempo histórico passado e que por isso deve ser preservado, mas a comunidade local, no tempo presente, usualmente não se identifica com a história, nem com o bem patrimonial, sendo esse um ônus em que as comunidades se sentem prejudicadas pela ineficiência das políticas patrimoniais, que por um lado protegem o bem e por outro não oferecem alternativa de uso desse patrimônio.

Nesse sentido, a noção de patrimônio precisa ser socialmente construída por meio da valorização dos bens e da difusão da importância de sua preservação. Para Zanirato (2009, p. 139),

os conhecimentos, crenças e gostos dependem do modo como os grupos sociais acessam o que é considerado bem. Por isso, não é raro que objetos e saberes gerados pelos grupos que têm maior informação e formação acabem por ser majoritariamente considerados como bens patrimoniais. Esses grupos não só definem o que é digno de conservação, como ainda dispõem de condições para atribuir maior qualidade e refinamento a esse mesmo bem.

Se a comunidade não se identifica com o patrimônio cultural, como fazer para que ela contribua para sua salvaguarda? De acordo com Zanirato (2009), o desafio de lidar com o patrimônio é fazer a preocupação com a salvaguarda ser compartilhada com o maior número de pessoas possível, de modo a envolver uma grandiosa participação social.

O tombamento do patrimônio cultural por órgãos oficiais dá a impressão de que essa ação pode significar o reconhecimento do valor histórico dos bens pela comunidade, mas após o tombamento não se veem investimentos para a efetiva salvaguarda deles. Sobre essa questão, Gagliardi (2005, p. 14) afirma:

O limite entre o reconhecimento e o descaso é tão tênue que, somado aos demais aspectos que impedem que seja geral o sentimento de pertencimento àquela memória, reforça sentido de lugar sem valor, de uma cidade histórica não reconhecida como tal.

Portanto, é necessária a formulação de políticas públicas em que a utilização do patrimônio cultural considere as necessidades da comunidade e da localidade, e não somente da proteção em si, de modo que todos tenham participação na tomada de decisão sobre as políticas de uso e conservação, ainda que essa não seja a prática mais comum na política patrimonial do Brasil.

Nessa direção, destacamos o turismo como uma prática social que pode contribuir para a conservação, salvaguarda e uso mais adequado do patrimônio cultural, desde que atenda às necessidades e aos anseios da comunidade local e da manutenção da identidade, da memória e do patrimônio cultural. O chamado turismo cultural pode promover a revalorização de bens patrimoniais e o desenvolvimento econômico por meio da cultura e da memória coletiva apreendidas em tais espaços.

Os estudos sobre turismo fornecem subsídios para afirmar que essa atividade pode contribuir positivamente para a salvaguarda do patrimônio cultural (DIAS, 2006; BARRETO, 2007), pois utiliza o próprio bem para valorizar a história e a cultura de determinado local. O turismo cultural, portanto, está intrinsecamente relacionado ao patrimônio cultural.

Por sua vez, os bens culturais visitados são fonte permanente de recursos, de empregos e de desenvolvimento comunitário, devendo ser salvaguardados, pois, além de serem objetos dessa visita, colaboram significativamente para o desenvolvimento local. E, por mais que de certa forma o turismo explore o patrimônio como um produto, para Soares e Oliveira (2015) é o turismo que pode conservar esses bens mediante a promoção do patrimônio como forma de valorização da cultura e da identidade de um povo.

As diretrizes para a implementação e o desenvolvimento do turismo cultural do Ministério do Turismo (BRASIL, 2007) ressaltam que o turismo cultural visa promover inúmeros benefícios nas comunidades nas quais se desenvolve, tais como:

- Intercâmbio cultural: turistas e comunidade, ao se relacionarem, transmitem conhecimentos, ideias e crenças que podem ser benéficos para o conhecimento e crescimento pessoal e profissional de ambos;
- Valorização da identidade cultural das comunidades: o turismo (re)valoriza a cultura local, exaltando a identidade e a memória das comunidades, nas suas formas de pensar, agir, fazer e em suas produções culturais;

- Resgate e dinamização cultural: o olhar do outro, do turista, pode despertar na comunidade o orgulho e o interesse pela sua própria cultura e por bens e manifestações por ora esquecidos, incentivando o resgate e a dinamização de técnicas artesanais e culinárias, de danças, folguedos etc.;
- Preservação do patrimônio histórico e cultural: o turismo pode auferir os recursos técnicos e financeiros para a preservação do patrimônio, além de despertar tanto na comunidade quanto nos turistas sentimentos de identificação e exaltação dos bens;
- Geração de oportunidades de negócios e empregos: a cadeia produtiva cultural é estimulada pelos fluxos turísticos que consomem e demandam produtos e serviços relacionados à produção cultural.

O patrimônio cultural é apropriado pelo turismo e promove a transformação dos territórios e as formas de uso do patrimônio. Não obstante, cidades inteiras no Brasil foram transformadas para e pelo turismo, como Paraty e as cidades históricas de Minas Gerais, por exemplo, que hoje são totalmente dependentes de tal atividade. Essas experiências, consideradas bem-sucedidas pelo *trade* do turismo, também causaram a chamada turistificação dos territórios (CRUZ, 2003), em que o consumo do lugar se impõe sobre a valorização e a conservação do patrimônio cultural.

A atividade do turismo introduz no espaço novos objetos, e os já existentes são absorvidos pelo turismo, fato que para Cruz (2003) altera significativamente o sentido desses objetos, com o simples intuito de atender à demanda de uso turístico. De outro lado, verifica-se que muitos bens culturais da humanidade foram salvos graças à valorização permitida pelo turismo (BENI, 2004).

Encontra-se aí a relação complexa que buscamos ressaltar neste artigo entre a valorização dos bens culturais e a sua utilização como mercadoria pelo turismo. Novas funções são atribuídas ao patrimônio, assim como novos usos, que podem contribuir para sua proteção, ao mesmo tempo em que podem modificá-lo para atender à demanda e aos requisitos dos turistas e do mercado. Isso resulta em diferentes práticas sociais, as quais nesse caso se apresentam como práticas sociais que criam lugares de consumo e consumo de lugares (LUCHIARI, 1999).

A mesma autora contribui para este debate afirmando que a revalorização de paisagens constituídas por elementos históricos dá um novo sentido ao consumo cultural, revestida de valores mercadológicos e descompromissados com a história do lugar (LUCHIARI, 1999).

Segundo Gagliardi (2005), as políticas públicas de patrimônio e turismo carecem de discussões sobre as diferentes realidades, ou seja, seus efeitos são diferentes dependendo das características de cada localidade. Nesse caso, é preciso elaborar políticas de acordo com as dificuldades e potencialidades de cada destino.

Para Luchiarí (2016), essa é uma questão difícil, “pois enquanto a preservação patrimonial tende a congelar os bens tombados, restringindo ou limitando mudanças formais ou funcionais, a valorização turística incorpora novos usos ao território”. E tal incorporação modifica radicalmente suas funções originais, já que a valorização do bem se dá pelo uso mercadológico e não pela valorização do bem em si.

No contexto apresentado, da complexidade do turismo como possível fonte de valorização do patrimônio cultural, observamos o caso do Vale Histórico Paulista no estado de São Paulo, onde se encontram remanescentes do patrimônio cultural edificado que remetem à época do Brasil Colônia e uma situação socioeconômica bastante desfavorável atualmente para os seis municípios ali existentes – Arapeí, Areias, Bananal, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras (ANTÔNIO FILHO, 2009). Há também falta de identificação desse patrimônio por parte da comunidade local (GAGLIARDI, 2005).

Para o local, observamos que o turismo, ainda pouco difundido, poderia ser uma fonte de recursos e de desenvolvimento, mas, dada a complexidade da região, indagamos de que maneira ela poderia ser fonte de desenvolvimento e valorização desse patrimônio sem causar a turistificação e a descaracterização do lugar.

## ASPECTOS SINGULARES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO VALE HISTÓRICO PAULISTA

O Vale Histórico Paulista detém uma rica história de auge e decadência representada por ter sido uma região de passagem no ciclo do ouro e da produção de café no período áureo dos séculos XVIII e XIX. O histórico dos seis municípios da região remonta à época do Brasil Colônia e explica o rico patrimônio cultural material neles existente. Nesses municípios se encontra o chamado “caminho dos tropeiros” ou “caminho velho” (ANTÔNIO FILHO, 2009), que remete às antigas rotas de passagem para o escoamento do ouro, as quais posteriormente serviram para o transporte de café.

A expansão da produção cafeeira implicou o crescimento econômico e populacional da região, que chegou a ser considerada uma das mais ricas do período imperial brasileiro (BENINCASA, 2006; SILVA TELLES, 2006). Contudo o sistema de plantio provocou a supressão das florestas e derrubou considerável área de mata atlântica na Serra da Bocaina, que foi queimada para deixar a área propícia a receber as mudas de café (BENINCASA, 2006; SILVA TELLES, 2006).

O esgotamento da cultura cafeeira em fins do século XIX e início do XX resultou na decadência socioeconômica e ambiental do lugar, com áreas exauridas pela forma como o café era plantado. Foi assim que Monteiro Lobato atribuiu o título de “cidades mortas” à região, ou seja, cidades empobrecidas pela decadência do café e posteriormente marginadas pelo deslocamento do eixo de circulação da via férrea. As cidades, segundo Muller (1969, p. 107), “‘bruxuleavam’ nas primeiras décadas do século XX”.

Mesmo assim, as edificações tanto nas áreas urbanas como algumas sedes de fazendas na zona rural mantiveram as características originais dos séculos passados, ainda que muitas delas corram sérios riscos de desaparecer (ZANIRATO *et al.*, 2014). Elas compõem em conjunto um rico patrimônio material edificado, muitos deles tombados pelos organismos de proteção oficiais.

Atualmente os seis municípios do Vale Histórico Paulista ainda passam por dificuldades socioeconômicas e um problema ainda mais complexo, que é a estagnação e até mesmo a diminuição da população em algumas cidades. A tabela 1 apresenta esses dados. O último senso demográfico revelou um decréscimo populacional de 9,11% nas cidades do vale (ZANIRATO *et al.*, 2014) e uma economia cada vez mais estagnada.

**Tabela 1** – População dos municípios do Vale Histórico Paulista

Município/Ano	1980	1991	2000	2010
Queluz	6988	7676	9098	11289
Areias	3703	3292	3597	3695
Silveiras	3890	4893	5373	5788
São José do Barreiro	4040	3936	4141	4078
Arapeí			2615	2494
Bananal	10954	11353	9707	10219

Fonte: Seade (2012 in ZANIRATO *et al.*, 2014)

A economia da região do Vale Histórico Paulista está essencialmente distribuída em serviços públicos e no setor de serviços, que inclui o turismo. A atividade, no entanto, é mal explorada e pouco competitiva; não se veem esforços em prol do desenvolvimento do turismo como fator de transformação social (ANTÔNIO FILHO, 2009). É exatamente esse cenário que dificulta a manutenção de sua população, pois não há muitas perspectivas de emprego (ZANIRATO *et al.*, 2014).

**Tabela 2** – Atividades econômicas dos municípios do Vale Histórico Paulista

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração pública	Total
Queluz	3,96	7,81	26,42	15,83	54,02
Areias	4,14	6,09	8,12	8,06	26,38
Silveiras	6,49	5,03	12,65	9,17	33,34
São José do Barreiro	4,65	2,46	9,53	8,77	25,41
Arapeí	2,16	2,13	5,06	6,29	15,60
Bananal	4,91	10,47	29,27	17,52	62,16

Fonte: Seade (2012 in ZANIRATO *et al.*, 2014)

Em pesquisa realizada na região, identificamos que essa situação econômica decadente incide nas representações sobre o progresso e a modernidade na localidade, contribuindo também para a perspectiva de que o patrimônio cultural local simboliza o atraso no desenvolvimento econômico dos municípios.

Em entrevistas ocorridas no primeiro projeto, ficaram claros os desejos de modernidade, expressos em sonhos de edificações verticalizadas e trânsito de automóveis. Essas representações ajudam a compreender os imaginários que consideram o patrimônio cultural edificado como uma marca de um passado arcaico, decadente, herança oligárquica que mantém o estigma de “cidades mortas” às cidades do Vale (ZANIRATO *et al.*, 2014).

O patrimônio cultural material, representado nos sítios urbanos e rurais nos municípios do Vale Histórico Paulista, materializa um passado rico e que remete à importância histórica da região. Para Zanirato *et al.* (2014), essas confusões advêm do contexto da patrimonialização, que se deu sem a participação social no tombamento dos imóveis da região.

Na figura 1 vemos a igreja matriz e parte do conjunto urbano tombado do centro histórico de Bananal. Nessa cidade, por conta do tombamento de todo o sítio urbano do centro histórico, muitas atividades são restritivas, todavia, como somente a fachada é tombada, muitas construções foram internamente alteradas.



**Figura 1** – Igreja matriz e centro histórico de Bananal



**Fonte:** <bananal.sp.gov.br> (acesso em: 2016)

**Figura 2** – Farmácia do século XIX em Bananal



**Fonte:** Filipe Vieira de Oliveira (2013 in ZANIRATO et al., 2014)

O inventário do patrimônio edificado identificou uma redução contínua do patrimônio histórico, segundo relatado em publicação na revista *Pesquisa Fapesp* (FIORAVANTI, 2015). A pesquisa inventariou 195 imóveis em cinco cidades da região (Bananal, São José do Barreiro, Areias, Silveiras e Queluz), e boa parte deles se encontra em precárias condições de uso, de acordo com os apontamentos dessa pesquisa, como um patrimônio traumático.

A figura 2 é uma foto tirada durante o inventário realizado em 2013, em que se vê a modificação da fachada e a retirada do letreiro da possível farmácia mais antiga do Brasil, em Bananal. Essas

modificações são constantes e, por mais que interfiram no patrimônio, são feitas para atender às necessidades estruturais dos imóveis e às demandas econômicas e sociais da população. O letreiro foi recolocado, mas as modificações no patrimônio das cidades são constantes.

A questão que se coloca é: o que fazer com um bem tombado como patrimônio público, mas de posse privada? Essas preocupações também foram relatadas por Gagliardi (2005). No caso de Bananal, a autora aponta que há certo descaso com os imóveis e com o espaço público. Para ela, essa é uma demonstração prática da não apropriação desses recursos nem pela identidade histórica, nem como um atrativo turístico.

Não há identificação com o patrimônio, porém esse seria o principal elemento que garantiria o aproveitamento da arquitetura e do patrimônio cultural edificado (GAGLIARDI, 2005). A não identificação com a identidade local, ainda segundo Gagliardi (2005), não cria um vínculo afetivo que poderia garantir a conservação daquele patrimônio, que por sua vez promoveria o turismo enquanto potencialidade local.

Devemos ressaltar também as características naturais da região, pois ali se situa o Parque Nacional da Serra da Bocaina, considerável área natural de mata atlântica na divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro com alto grau de endemismos vegetacionais, refúgios ecológicos e inúmeras combinações entre tipos de relevo, altitudes, redes de drenagem, solos rochosos e cobertura vegetal natural, ainda que detenha diversas espécies ameaçadas de extinção (ICMBIO, 2010). Na região também está situada a Área de Proteção Ambiental (APA) federal Bacia do Paraíba do Sul, que cumpre importante função de proteção às nascentes do Rio Paraíba do Sul.

Com tais potencialidades, seria fundamental implantar uma alternativa de desenvolvimento econômico e salvaguarda do patrimônio cultural aliada aos recursos naturais do local. O turismo, ainda que pouco difundido, poderia ser um fator interessante, desde que bem planejado. No último item discutiremos uma alternativa de desenvolvimento por meio do turismo de base local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: TURISMO DE BASE LOCAL COMO POSSIBILIDADE DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO DO VALE HISTÓRICO PAULISTA

Lançadas a dialética do turismo e do patrimônio cultural e as especificidades do Vale Histórico Paulista, verificamos que a atividade do turismo na região já existe e é considerada um elemento importante na economia local, todavia não promove, ou ainda não promoveu, transformações socioeconômicas reais nas seis cidades do vale e não se mostrou efetiva para a salvaguarda do patrimônio cultural.

Nesse sentido, propomos um olhar sobre o chamado turismo de base local (TBL) como alternativa à turistificação desses lugares, baseado nas necessidades locais e na gestão participativa da comunidade. Temos o entendimento de que o turismo de base local pode conduzir para o desenvolvimento dessas comunidades, haja vista experiências relatadas por Kinker (2002), Coriolano (2006), Mendonça e Moraes (2011) e Sampaio, Henriquez e Mansur (2011) no Brasil.

O turismo de base local aparece como uma alternativa ao desenvolvimento da atividade em regiões com as mesmas características do Vale Histórico Paulista, que são localidades de pequena escala demográfica, com deficiências no desenvolvimento socioeconômico e que possuem importantes aspectos culturais e naturais a serem valorizados.

Esse tipo de turismo parte das necessidades da população e dos seus atributos, considera a gestão participativa do turismo, a valorização de suas potencialidades e também o entendimento dos seus limites; pode proporcionar o desenvolvimento local endógeno e sustentável desde que leve em consideração certos princípios e práticas.

Conforme Coriolano (2006), o turismo de base local é uma evidente possibilidade de desenvolvimento local e sustentável, pois ele partiria das necessidades da população, bem como seria gerido por ela, por ser um modelo centrado no aproveitamento da diversidade da região. Manifesta-se como uma iniciativa efetiva para a melhoria da qualidade de vida da população de forma participativa e integrada, uma vez que a comunidade também se responsabiliza tanto pela concepção como pela gestão do turismo.

Sampaio, Henriquez e Mansur (2011) classificam o turismo de base local como uma estratégia de conservação do modo de vida da população local e de conservação da cultura e da natureza, organizado por meio de arranjos socioprodutivos de forma associativa.

Na concepção dos diversos autores que estudam o tema, o turismo de base local é um modelo de desenvolvimento endógeno baseado na gestão participativa da comunidade local e tem como finalidade a conservação dos recursos naturais e culturais, assim como pode permear a ideia de empoderamento sobre as atividades produtivas e promover um desenvolvimento socioeconômico mais justo dessas comunidades.

Em tal sentido, enxergamos nesse tipo de turismo uma possibilidade de desenvolvimento local, de conservação do patrimônio cultural e também natural do Vale Histórico Paulista. Além do mais, esse modelo de turismo apresenta-se como uma alternativa oposta à turistificação dos lugares. Coriolano (2006) reforça o entendimento de que tal prática pode promover a inclusão social e o empoderamento socioprodutivo da atividade pela população local, com vistas à gestão participativa de acordo com as condições de cada localidade.

Ainda para Coriolano (2006), o turismo de base local deve partir das necessidades de uma determinada comunidade, baseado no aproveitamento da diversidade da região (seja ela histórico-cultural ou natural), o que pode manifestar-se como efetiva melhoria das condições de vida dessa comunidade, desde que seja planejado, participativo e sustentável.

Por fim, reafirmamos a prerrogativa exposta por Teles (2009); para esse autor, os estudos do turismo mostram-se importantes por conta da transformação que ele pode promover no espaço geográfico. Sua dinâmica espacial não se resume apenas ao desenvolvimento econômico, mas sobretudo aponta potencialidades, identifica fluxos e quantifica a oferta turística, bem como analisa seus impactos negativos nos lugares que possuem atrativos de interesse turístico. Por isso, devemos investir em mais estudos para diagnosticar e qualificar o desenvolvimento do turismo com base nas condições de cada cidade.

No caso do Vale Histórico Paulista, a proposta do turismo de base local buscará maximizar os efeitos positivos da atividade sobre os lugares e minimizar os impactos negativos. O patrimônio cultural da região já está inventariado (ZANIRATO *et al.*, 2014); basta agora elaborar uma política pública participativa em conformidade com as necessidades locais, além de empenhar esforços para a conservação de bens culturais e o resgate da memória coletiva sobre a importância da região do Vale Histórico Paulista.

As heranças históricas, na representação do patrimônio, podem se tornar possibilidades de superação de uma amnésia social e de seus significados pela comunidade. A nosso ver, essa superação pode partir do desenvolvimento de iniciativas transformadoras.

Para tanto, concluímos enfatizando que aliar o desenvolvimento local à salvaguarda do patrimônio cultural requer um compromisso dos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento em superar a lógica do mercado e investir, de fato, em uma política sustentada em propostas múltiplas, capaz de acarretar benefícios para todos os envolvidos.

Os nossos estudos na região, iniciados em 2013, têm nos mostrado cada vez mais a necessidade de pensar nas mais diferentes formas de desenvolvimento local. Essas pesquisas continuam e se desdobram em dissertações e teses acadêmicas, projetos de pesquisa, publicações e principalmente na comunicação de tais trabalhos à comunidade local e na formulação de propostas que contribuam para o desenvolvimento local e a conservação do patrimônio cultural e natural do Vale Histórico Paulista.

## REFERÊNCIAS

ANTÔNIO FILHO, F. D. **O “caminho novo”**: o vale histórico da Serra da Bocaina – opulência e decadência da sub-região Paraibana Paulista – reintegração de um espaço demográfico “deprimido”. Tese (Livre-docência em Geociências e Ciências Exatas)–Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

BANANAL. **Prefeitura**. Disponível em: <bananal.sp.gov.br>. Acesso em: 2016.

BARRETO, M. **Cultura e turismo**: discussões contemporâneas. Campinas: Papyrus, 2007.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2004.

BENINCASA, V. **Fazendas de café**: o patrimônio arquitetônico rural em São Paulo, Brasil, 1800-1940. 2006. Disponível em: <<http://casabranca.sp.gov.br/ftp/museu/VladimirBenincasa.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo cultural**. Brasília, 2007.

CORIOLOANO, L. M. N. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, R. de C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIORAVANTI, C. Por trás das fachadas. **Pesquisa Fapesp**, ed. 233, p. 77, jul. 2015. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/07/15/por-tras-das-fachadas/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

GAGLIARDI, C. M. R. **As cidades do meu tempo**: a experiência do turismo em Bananal. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina**. 2010. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/extras/62-plano-de-manejo-e-monitorias.html>>. Acesso em: 2 maio 2016.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papyrus, 2002.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo**: o turismo e urbanização em Ubatuba. Tese (Doutorado)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais:** um olhar geográfico. Disponível em: <<http://egal2009.easyplanners.info/area08/8118MariaTerezaDuartePaes.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MENDONÇA, T. C. de M.; MORAES, E. A. (Orgs.). **O povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária.** Experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro – Ilha Grande, RJ. Seropédica: Editora da UFRJ, 2011.

MULLER, N. L. **O fato urbano na bacia do Rio Paraíba** – São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

SAMPAIO, C. A.; HENRIQUEZ, Z. C. E.; MANSUR, C. **Turismo comunitário, solidário e sustentável:** da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011.

SILVA TELLES, A. C. da. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do café.** Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

SOARES, A. D.; OLIVEIRA, F. V. de. Turismo e direito como estratégias de preservação do patrimônio cultural arqueológico: o caso tapajônico. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 4, n. 2, 2015.

TELES, R. M. de S. **Fundamentos geográficos no turismo.** Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2009.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Vulnerabilidade do patrimônio cultural do Vale Histórico Paulista às mudanças climáticas globais.** Pesquisa para Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Fapesp/Condephaat). São Paulo: Fapesp, 2014.